

Educação patrimonial e processos educativos: referências culturais como espaços de ensino-aprendizagem na educação básica*

Renato Riffel**

renato.riffel@univali.br

Resumo

O artigo apresenta os resultados do projeto de extensão universitária Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio com foco nas atividades realizadas no ano de 2016. Esse projeto, vinculado ao curso de Licenciatura em História da UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, tem como finalidade promover ações de educação patrimonial no âmbito dos ensinos médio e fundamental, utilizando situações de aprendizagem que contemplem a valorização da memória e do patrimônio cultural existentes nos espaços de vida dos alunos. Nos trabalhos realizados com alunos da Escola Básica Elias Adaime, as atividades originaram o inventário de oito referências culturais existentes no bairro Cidade Nova (Itajaí-SC), organizadas na forma de uma exposição e um dossiê. Os resultados observados apontam que essas atividades colaboram com o desenvolvimento da capacidade de valorização, preservação e difusão da memória e dos bens culturais, tanto de alunos como das comunidades existentes no entorno da escola atendida pelo projeto.

Palavras-chave

Educação Patrimonial; Referências Culturais; Patrimônio Histórico e Cultural

Heritage education na educational processes: cultural references as teaching-learning spaces in basic education

Abstract

The article presents the results of the university extension project Heritage Education: Culture, Memory and Heritage focusing on the activities carried out in 2016. This project, linked to the Degree in History of UNIVALI - University of Vale do Itajaí, has the purpose To promote patrimonial education actions in the scope of secondary and fundamental education, using learning situations that contemplate the valorization of the memory and the cultural heritage existing in the students' life spaces. In the works carried out with Elias Adaime Elementary School, the activities originated the inventory of eight cultural references existing in Cidade Nova neighborhood (Itajaí-SC), organized in the form of an exhibition and a dossier. The observed results point to the development of the capacity of valorization, preservation and diffusion of memory and cultural assets, both of the students and of the communities existing around the school served by the project.

Keywords

Heritage Education; Cultural References; Historical and Cultural Heritage.

*Agradeço a contribuição do aluno Leandro Sávio Carvalho Damasceno, bolsista do projeto de extensão universitária Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio.

**Mestre em História (PPGH/UDESC). Docente da UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Coordenador do projeto de extensão universitária Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio vinculado ao curso de Licenciatura em História da UNIVALI.

Educação Patrimonial: referências culturais como espaços formativos

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) salientam que cabe às escolas desempenhar um papel socioeducativo, artístico, cultural e ambiental, fundamentados no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. O documento prevê ainda que, para uma educação de qualidade, os sujeitos do processo educativo devem considerar a “inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade”. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 22). Assim, com base nessas orientações, entende-se que a organização curricular das escolas deve ser concebida levando-se em conta um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes dos alunos com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural e artístico existentes nos seus lugares de vida.

Desse modo, as referências culturais devem ser consideradas como temas transversais, interdisciplinares e/ou transdisciplinares nas práticas educativas, pois essas temáticas possibilitam a potencialização dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial se constitui uma eficaz estratégia educacional, uma vez que compreende os espaços territoriais e as práticas culturais como “documentos vivos”, passíveis de inúmeras leituras e interpretações, tornando-se, assim, um instrumento articulador de saberes diversificados. Ela também deve ser vista, conforme indica Florêncio (2015, p. 24), como fundamento para a valorização da diversidade cultural e para a definição

de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, “estabelecendo recursos para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo”.

Contudo, se os bens culturais podem ser considerados suportes para a construção do conhecimento, a eficácia do processo educativo nessa área só será possível se forem consideradas as expectativas e necessidades das comunidades envolvidas. Para tanto, as situações de aprendizagem devem contemplar estratégias múltiplas e que tenham como base uma relação dialógica com as especificidades das comunidades locais.

Portanto, nos processos educacionais que tenham como base o patrimônio cultural, deve-se procurar integrar as ações educativas às demais dimensões de vida dos sujeitos, ou seja, os bens culturais devem ser percebidos como parte das práticas cotidianas das coletividades. Conforme ressalta Pinheiro (2015, p.14), as ações educativas para o patrimônio não devem resumir-se em “capacitar” para a preservação, empregando conceitos jurídicos, acadêmicos ou políticos, mas precisam pautar-se no pressuposto de que as pessoas são protagonistas desse processo de valorização e reconhecimento dos bens culturais.

Essa preocupação em relacionar a educação com os bens culturais não é nova. No Brasil, ela remonta à década de 1930, momento em que era criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, fundando em 1937. Porém, foi somente na década de 1970 que a questão foi abordada de forma mais densa, a partir da criação da Fundação Nacional Pró-Memória, sob a orientação de Aloísio Magalhães. Essa iniciativa concebia uma educação para o patrimônio que reservava às comunidades não somente um papel de público-alvo das ações, mas as via como agentes participativos nos processos de preservação dos bens culturais. (GRUMBERG, 2011).

Cabe dizer, no entanto, que as disposições que compreendem a cultura como agente nos processos educacionais, contidas na LDB 9394/96, têm como base a reformulação da noção de patrimônio cultural originária do Decreto Federal nº. 3551 de 4 de agosto de 2000, que, por sua vez, regulamentava as disposições da Constituição Federal de 1988.

Na referida Constituição, especialmente no artigo 216, aparece a denominação “patrimônio cultural”, explicitando que constituem patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O citado artigo inclui entre os bens patrimoniais:

- I – as formas de expressão;*
- II – os modos de criar, fazer e viver;*
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.*

O que fica evidente na Constituição Brasileira de 1988, portanto, é uma nova conceituação sobre os bens que deveriam compor o patrimônio nacional, visto que o termo “patrimônio cultural” é utilizado no lugar de expressões como patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico ou arquivístico, denominações que até então figuravam nos textos constituintes e nas legislações federais, estaduais ou municipais. Assim, a constituinte buscava incluir os mais diferentes bens, fossem eles culturais ou naturais, tangíveis ou intangíveis, como parte do patrimônio cultural do país, com a ressalva de que fossem significati-

vos e contemplassem os elementos étnico-culturais formadores da nação.

Desse modo, a partir da promulgação da Constituição de 1988, a proteção ao patrimônio cultural se converte em um direito e um dever constitucional. Cabe ressaltar que, no parágrafo primeiro do referido artigo, fica estabelecido que a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, seja ele tangível ou intangível, deverá ser efetuado pelo poder público em colaboração com a comunidade e que essas ações podem se dar por intermédio de meios variados.

Seguindo esses pressupostos constitucionais, o Decreto nº 3551/00 (que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial), buscou reformular as tradicionais políticas de preservação do patrimônio cultural vigentes até então, centradas na noção de salvaguarda de monumentos históricos e objetos de valor artístico.

Assim, observa-se que tanto a Constituição Federal de 1988 como o Decreto Federal nº. 3551/00, propõem a participação dos diferentes grupos sociais em torno de uma agenda patrimonial, fazendo com que as questões relacionadas ao patrimônio deixem de ser uma ação restrita de apenas algumas camadas da sociedade. Conferindo responsabilidades tanto ao poder público como à comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, essas legislações indicam que as questões relativas ao patrimônio possam ser compreendidas por todos os cidadãos e que estes sejam capazes de participar ativamente tanto na proposição do registro de bens como na proteção e salvaguarda do patrimônio, seja ele formado por bens tangíveis ou intangíveis.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial tem um papel decisivo no processo de preservação e valorização do patrimônio cultural, pois ela possibilita

extrapolar as usuais abordagens acerca da preservação do patrimônio, permitindo que as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural, estabeleçam relações efetivas de conhecimento e preservação de suas práticas culturais.

Com relação ao conceito de Educação Patrimonial, destacamos este utilizado atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, resultado de uma construção coletiva do referido órgão com instituições e pessoas da sociedade civil, mediada pela Coordenação de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2015).

Nota-se, portanto, que as ações da Educação Patrimonial devem partir da premissa de que a preservação dos bens culturais consiste em práticas sociais que precisam estar inseridas nos contextos culturais e nos espaços de vida das pessoas. Logo, ela se afasta das iniciativas que buscam enaltecer ou reificar objetos, construções ou manifestações culturais sem a devida ressignificação desses bens, buscando associar a existência desses ao lugar social nos quais estão inseridos.

Assim sendo, a Educação Patrimonial deve promover ações educativas que tenham como premissa a identificação de expressões culturais locais e ter-

ritoriais e precisa, sobremaneira, compreender os espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Buscando construir mecanismos que agenciem a valorização dos bens culturais junto às comunidades, essas práticas potencializam o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos das comunidades com seus patrimônios, ampliando as possibilidades de preservação destes.

Cultura e patrimônio: estratégias educativas nas escolas

Além de considerar os preceitos legais e as diretrizes educacionais acerca dos patrimônios histórico e cultural já citadas, este projeto de extensão universitária denominado Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio busca alinhar-se com as demandas sinalizadas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. Além das competências específicas, inerentes ao ofício do educador na área de História, o referido PPC indica que as práticas pedagógicas do egresso devem contemplar na formação a análise dos processos e fenômenos históricos, problematizando-os em diferentes linguagens, adotando condutas de investigação e de autoria em práticas escolares e sociais voltadas para a promoção de conhecimentos, da sustentabilidade ambiental, da interculturalidade e da vida.

Esses pressupostos da formação profissional do educador encontram-se em consonância com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases, a LDB – 9.394/96, que prevê em seu art. 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e or-

ganizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Com base nessa legislação, nota-se também que a concepção do processo educacional assume um caráter mais amplo, extrapolando a noção de escolarização. Uma vez que o processo educacional não se restringe ao espaço escolar, reconhece-se igualmente a contribuição de diversos agentes e de distintos contextos culturais na formação dos sujeitos. Assim, a educação deve ser percebida como aquela que também ocorre nos espaços da vida, devendo ser pensada igualmente na intersecção com as mais diversas práticas sociais e culturais.

Tendo como base o acima exposto, cabe dizer que o objetivo geral deste projeto de extensão universitária é a promoção de Educação Patrimonial, utilizando situações de aprendizagem que contemplem a valorização do patrimônio cultural das comunidades locais. Como objetivos específicos, busca-se fomentar a identificação das referências culturais que formam o patrimônio cultural das comunidades locais por meio do diálogo entre a escola e as comunidades que detêm os bens a serem inventariados; o registro das informações materiais e simbólicas, históricas e culturais das referências culturais identificadas, organizando a documentação resultante do inventário; a elaboração de atividades de socialização dos resultados por meio da apropriação, interpretação e comunicação das experiências vivenciadas.

Além desses fundamentos da Educação Patrimonial, as atividades do projeto também se alinham, de forma mais geral, com determinadas perspectivas pedagógicas. Desse modo, busca-se entender a educação como um processo, premissa que encontra eco nos ensinamentos de Freire (1987), que propondo uma educação com base na reflexão constante e no pensamento

crítico, possibilita ações transformadoras dos sujeitos e do mundo.

Compreende-se, igualmente, que a educação que se almeja é aquela que se caracteriza pela mediação, na qual a construção do conhecimento se dá de forma coletiva e na interação do sujeito com seu meio. Esse enfoque tem como base o pensamento de Vygotsky (1998), para quem os processos de cognição (chamados por ele de Processos Psicológicos Superiores – PPS), são desenvolvidos durante toda a vida de um indivíduo a partir da sua participação em situações de interação social. Para o autor, no processo de interação social, participam instrumentos e signos com os quais os sujeitos organizam e estruturam seu ambiente e seu pensamento e, sendo estes historicamente produzidos, medeiam a vida destes. Portanto, para Vygotsky (1998), os diferentes contextos culturais nos quais as pessoas vivem são também contextos educativos, que modelam e formam as maneiras de ser e estar no mundo. Assim, se o aprendizado se dá por meio da interação com os outros e com o meio onde se vive, as ações educativas para o patrimônio cultural devem ser pensadas como ações mediadoras, que busquem contribuir para a formação e para a afirmação dos sujeitos em seus mundos e em suas culturas.

A Educação Patrimonial é aqui também percebida na perspectiva da chamada Educação Integral, na qual se ampliam os tempos, espaços e oportunidades educativas. Conforme indicado por Moll (2009), a Educação Integral deve ser compreendida como aquela que ocorre nos espaços da vida, que busca promover a aproximação das práticas escolares com as mais diversas práticas sociais e culturais existentes nos espaços urbanos e/ou rurais, valorizando os processos educativos que imbricam os saberes escolares aos saberes que circulam nos lugares da vida comunitária.

Essa concepção de “territórios educativos” é sinalizada também nos escritos de Goulart (2010), para quem:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir conseqüente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe esse caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. [...] E o arranjo destes espaços não devem se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (GOULART, 2010).

Considerando as reflexões aqui apresentadas, é possível afirmar que a Educação Patrimonial se apresenta como um importante instrumento que possibilita fortalecer as relações que as comunidades têm com as identidades e com as histórias de seu lugar, promovendo a valorização das mais diversas expressões culturais que se manifestam no cotidiano dos grupos sociais. Como bem ressalta Pinheiro (2015, p.14), as estratégias e dinâmicas de ensino/aprendizagem relacionadas ao Patrimônio Cultural colaboram para o desenvolvimento de valores significativos e eficazes que buscam garantir a valorização, a preservação e a difusão dos bens culturais e das memórias a eles interligadas.

Ações educativas na Escola Básica Elias Adaime: um inventário das referências culturais do bairro Cidade Nova (Itajaí-SC)

As atividades do projeto de extensão universitária EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO¹ foram realizadas, durante o ano de 2016, na Escola Básica Elias Adaime, instituição pública da rede municipal de ensino, situada no bairro Cidade Nova, no município de Itajaí-SC². Nesta instituição, que atende a crianças do ensino fundamental, os trabalhos foram efetuados juntamente com o Projeto Mais Educação, que ocorria em contra-turno escolar, tendo como participantes alunos do quarto e do sexto ano.

As ações educativas eram organizadas na forma de oficinas, ministradas semanalmente no período vespertino. Elas se fundamentaram, essencialmente, nas propostas apresentadas por Horta, Grunberg e Monteiro (1996) no *Guia Básico de Educação Patrimonial* e, ainda, no artigo publicado em meios eletrônicos por Grunberg (2015), intitulado *Educação Patrimonial: utilização dos Bens Culturais como recursos educacionais*, no qual a autora reorganiza e atualiza a metodologia para Educação Patrimonial constante na publicação anterior.

Já os procedimentos metodológicos utilizados para o inventário dos bens culturais existentes no en-

¹Esse projeto de extensão universitária recebe fomento da VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA por intermédio da GERÊNCIA DE EXTENSÃO E CULTURA da UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. O projeto teve a participação do acadêmico do curso de Licenciatura em História Leandro Sávio Carvalho Damasceno como aluno bolsista pesquisador, sendo orientado pelo professor Renato Riffel.

²As atividades do referido projeto foram também realizadas com alunos do ensino médio do CAU-Colégio de Aplicação Univali, localizado no município de Balneário Camboriú-SC. Nesta instituição as ações educativas tiveram como foco principal questões relacionadas à memória. Por meio de atividades de pesquisa e rememoração, ancoradas na análise de álbuns de família e, amparados no uso de metodologia de história oral, os estudantes compuseram um painel imagético sobre os percursos migratórios dos seus antepassados. O propósito é abordar o relato dessas atividades de forma detalhada em outro artigo.

torno da escola tiveram como base as publicações que tratam da Educação Patrimonial na perspectiva do Programa Mais Educação, editadas pelo Ministério da Educação em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN nos anos de 2011, 2013 e 2016³. Esses materiais, disponibilizados na forma de manuais, contêm orientações para elaboração de inventários participativos do patrimônio cultural, oferecendo uma proposta para se pesquisar, coletar e organizar informações sobre os bens culturais que se pretende pesquisar.

Com base nesses preceitos, as atividades educativas realizadas na referida escola tiveram como principal foco o estabelecimento das possíveis relações entre os bens culturais existentes na comunidade com a realidade concreta dos alunos. Portanto, por meio das oficinas desenvolvidas, os alunos participantes do projeto foram incentivados a identificar, registrar e socializar as referências culturais existentes na sua comunidade, utilizando como fundamento conceitos sobre história, cultura, identidade e patrimônio histórico e cultural.

As atividades educacionais foram organizadas seguindo três etapas: 1) Inventário do Patrimônio Cultural; 2) Pesquisa e Registro do Bem Cultural; 3) Organização, apresentação e divulgação do trabalho. Essas três fases encontram-se descritas a seguir, exemplificadas com as atividades realizadas em cada momento.

Cabe ressaltar que, antes de iniciar as atividades de inventário das referências culturais locais, as primeiras ações educativas tiveram como proposta revisar algumas concepções do que se compreende, atualmente, como patrimônio histórico e cultural. Conforme registra D'Alessio (2012), a valorização de um determinado bem cultural em detrimento de outros ocorreu (e ainda

ocorre), por conta de construções discursivas e de apostas políticas, originando um longo período em que se consideravam como “patrimônio” somente aqueles bens relacionados aos grandes feitos históricos, a produções artísticas relevantes ou, ainda, a construções que remetiam a uma elite de origem branca e católica. Com o passar do tempo, essa postura acabou privilegiando o reconhecimento oficial de determinados bens patrimoniais, deixando em segundo plano as manifestações culturais das populações menos favorecidas, sendo essas valorizadas somente em momentos mais recentes da nossa história.

Importa destacar que os alunos da escola citada são, em sua maioria, oriundos de famílias de classes C e D. Essas primeiras atividades buscaram, portanto, promover a compreensão de o patrimônio histórico e cultural estar presente no cotidiano de todos, seja nos modos de fazer, criar, celebrar e expressar-se, possibilitando o entendimento acerca da multiplicidade dos bens patrimoniais existentes e, sobretudo, fomentando a valorização das referências culturais existentes no entorno dos espaços de vida das crianças.

Após esses encontros iniciais, foram iniciadas as atividades que fomentaram a realização de um Inventário Prévio das Referências Culturais existentes na comunidade onde está localizada a escola. Nessa fase, os alunos foram incentivados a olhar ao redor dos seus espaços de vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural local. Por meio das oficinas realizadas nessa etapa, as crianças foram estimuladas a reconhecer os usos, as funções, os valores, os espaços, os movimentos, os materiais, as dimensões, as formas, as cores, texturas e os demais elementos relacionados às referências culturais localizadas próximo das suas áreas de convívio.

³Essas publicações, com seus devidos endereços eletrônicos, estão listadas nas referências bibliográficas.

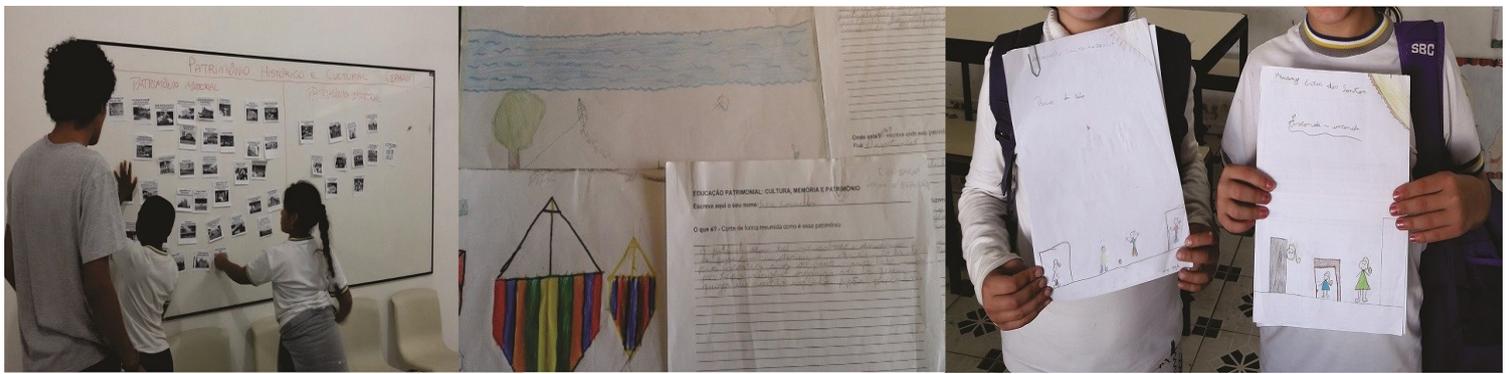


Figura 1—Oficinas sobre conceitos chave de Educação Patrimonial e primeiros bens culturais inventariados pelos alunos.
Fotos: Renato Riffel e Leandro Damasceno.

Para que os resultados fossem otimizados, foram realizadas ações educativas que permitissem o entendimento do grupo sobre conceitos chave como patrimônio, cultura, identidade e memória (Figura 1).

O objetivo, neste levantamento prévio, foi construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas, destacando a importância da pluralidade e buscando promover o respeito pela diferença. Para isso, foi fundamental reconhecer a importância da integração entre os alunos e a comunidade (sejam eles vizinhos, familiares ou produtores de cultura), pois é dessas conexões que depende a qualidade do inventário. O resultado desta primeira etapa de atividades foi um quadro de possibilidades de bens culturais que poderiam ser pesquisados pelo grupo (Figura 1). As categorias de bens culturais propostas pelo IPHAN – celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos – serviram para orientar os trabalhos desse inventário prévio.

Em uma segunda etapa, foram realizadas atividades de Pesquisa e Registro dos Bens Culturais. Neste momento, foram efetuados trabalhos de pesquisa e documentação, tendo como base um bem cultural selecionado pelos grupos de trabalho. As ações de coleta de dados e registro foram feitas por meio de desenhos e fotografias, além dos relatos escritos ou gravados com

pessoas que conheciam e/ou vivenciavam as práticas culturais pesquisadas (Figura 2).

A intenção, aqui, foi estudar e registrar todas as possíveis informações materiais e simbólicas, históricas e culturais a respeito do objeto de estudo (bem cultural). Para que os resultados fossem otimizados, foram promovidas ações educativas sobre conceitos relacionados à história e à memória, especialmente os relacionados a métodos de pesquisa e de história oral conforme as indicações de Delgado (2006). O resultado dessa segunda etapa de atividades foi o preenchimento das fichas de registro e documentação, contendo informações relativas ao bem cultural (fotografias, entrevistas, dados históricos, pessoas envolvidas, materiais, técnicas, significados, aspectos da conservação, entre outros.).

Neste momento, também foram efetuadas duas visitas de estudo: uma ao Centro Histórico de Itajaí-SC e outra ao Museu Etno-Arqueológico de Itajaí-SC, objetivando o contato direto com diversos bens patrimoniais reconhecidos oficialmente por órgãos públicos como patrimônios históricos e culturais. (Figura 2).

A terceira e última etapa do projeto consistiu na organização, apresentação e divulgação do trabalho. Aqui se buscou organizar a documentação resultante do inventário, bem como a socialização desses resultados para as comunidades envolvidas no projeto. A intenção foi que, nesse momento, os participantes se aproprias-



Figura 2: Pesquisas de campo serviram de base para elaboração das fichas dos bens culturais.
Fotos: Renato Riffel e Leandro Damasceno.

sem das experiências vivenciadas, fazendo a interpretação e a comunicação do que foi percebido e registrado.

Utilizando como base as fichas de registro e documentação dos bens pesquisados pelas crianças, foi elaborado um dossiê contendo informações sobre as referências culturais inventariadas. Uma cópia impressa desse documento foi cedida à Escola Básica Elias Adaimé, para que pudesse servir de referência para estudos e atividades futuras, uma vez que ali se encontram registradas diversas referências culturais existentes no entorno da instituição de ensino. Outra cópia foi encaminhada à Secretaria de Cultura da cidade, para que esse documento pudesse servir de base para a promoção de políticas de preservação dos bens culturais, nas suas mais diversas manifestações e localidades. O dossiê, em formato digital, foi também disponibilizado em meios eletrônicos para a comunidade em geral e para o

corpo docente e discente dos cursos de Licenciatura da UNIVALI.

Após finalizar as atividades de pesquisa e sistematização dos dados, discutiu-se com os grupos de trabalho a melhor forma possível de socializar os resultados obtidos. Com base nesses debates, optou-se por comunicar os resultados à comunidade local e acadêmica por meio de exposições fotográficas realizadas conjuntamente com dois eventos de socialização, a serem efetuados na escola e também na UNIVALI.

Para montagem da exposição, os espaços onde se localizam as referências culturais do bairro foram fotografados sob a orientação das crianças da escola⁴. Posteriormente, foram feitas cópias em tamanho A3 dessas fotografias e, sobre essas reproduções, cada aluno realizou uma interferência artística, pintando e ex-



Figura 3—Alunos desenharam e pintaram sua interpretação dos bens culturais pesquisados sobre fotografias e algumas das intervenções artísticas realizadas.

Fotos: Renato Riffel.

⁴Para captura das imagens dos bens inventariados, foi estabelecida uma parceria com o curso de Fotografia da UNIVALI. Alunos do referido curso, acompanhados pelas crianças da escola, saíram pelo bairro para registrar as referências culturais pesquisadas.

pressando a sua visão relacionada às referências culturais que ele inventariou (Figura 3).

Por meio dessa atividade, buscou-se promover a interpretação do conteúdo estudado, bem como incentivar a comunicação dos resultados obtidos por meio da manifestação da capacidade criativa dos alunos. O objetivo foi que, neste momento, os participantes se apropriassem do conteúdo registrado, interpretando e comunicando artisticamente o resultado da sua pesquisa.

Os eventos de socialização, intitulados *SE ESSA RUA FOSSE MINHA: REFERÊNCIAS CULTURAIS DO BAIRRO CIDADE NOVA (ITAJAÍ-SC), SOB A ÓTICA DOS ALUNOS DA ESCOLA ELIAS ADAIME*, ocorreram em duas datas: o primeiro foi realizado na UNIVALI, na data de 30 de novembro de 2016; o segundo aconteceu em 13 de abril de 2017, na Escola Básica Elias Adaime. Nesses dois momentos, que tiveram a presença das crianças e de seus pais, de representantes da Secretaria de Educação e da Fundação Cultural de Itajaí-SC e das coordenações e alunos do Núcleo de Licenciatura da UNIVALI, os participantes relataram suas experiências no projeto, apontando as possibilidades de aprendizado vivenciadas.

Como resultado final das ações educativas realizadas em 2016, foram inventariadas oito referências culturais existentes no bairro Cidade Nova (Itajaí-SC), local onde se situa a escola, sendo essas enquadrados em três categorias: Celebrações, Lugares e Saberes.

Reconhecidas como Celebrações, foram listadas três referências culturais: o Festival de Pipas; a Aviva Jovem - Encontro de Jovens e Adolescentes na Igreja da Paz; a Festa Junina da Rua dos Cipestres.

O Festival de Pipas, que acontece nos finais de semana em um terreno baldio localizado próximo à escola, foi alvo de pesquisa de três crianças. No levantamento realizado, elas assinalaram a relevância desse

evento para a sociabilidade e diversão dos membros da comunidade. Esse mesmo reconhecimento de que os momentos de celebração são fundamentais para estreitar laços de convívio entre os membros da comunidade despontam nos relatos feitos por duas crianças sobre um encontro religioso (Aviva Jovem - Encontro de Jovens e Adolescentes na Igreja da Paz) e uma festa popular (Festa Junina da Rua dos Cipestres). Nesses dois eventos, que têm em comum a presença de comidas, bebidas, músicas e danças, observou-se que a mobilização dos habitantes locais para organizá-los é também vista como algo bastante positivo pelas crianças, denotando o reconhecimento pelo esforço da comunidade em providenciar uma estrutura especial para essas celebrações. Os alunos pesquisadores mencionam, sobretudo, a importância da manutenção e preservação desses eventos para que as gerações futuras possam deles usufruir. Com base nos dados apontados pelas crianças nas fichas de inventário pode-se concluir, resumidamente, que o entendimento destas acerca das Celebrações passa a noção de que são eventos coletivos por meio dos quais se comemora ou rememora algum acontecimento. Em muitos casos elas são organizadas com antecedência, envolvem um grande número de pessoas e são repetidas em determinados períodos, sendo passadas de geração em geração, podendo ter um significado religioso ou, ainda, marcar momentos importantes de lazer para uma determinada coletividade.

Reconhecidas como Lugares, foram indicadas duas referências culturais: a Igreja Nossa Senhora de Fátima e Duas Árvores na Rua das Petúnias.

A Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada bem próximo à escola, foi pesquisada por duas alunas que promoveram uma extensa investigação sobre sua construção e sobre os festejos e as atividades religiosas que são ali realizadas, destacando a importância

desse espaço de convivência para a união dos membros da comunidade. Já as duas árvores que existiam na Rua das Petúncias foram lembradas por um aluno como elementos constituintes de um espaço de sociabilidade frequentado assiduamente pelas crianças da comunidade. A ficha de inventário preenchida por ele é permeada por recordações das brincadeiras que ocorriam no entorno daquelas árvores, discorrendo também sobre os momentos de descanso e conversas que a criançada do bairro mantinha à sombra delas. Interessante notar que sua escrita não só lamenta o corte dessas árvores como parte de um processo de agressão à natureza, mas também como a subtração de um espaço de convívio que outrora permitiu estabelecer vínculos com outros membros da comunidade. Considerando essas fichas de inventário, observa-se que os alunos compreenderam que alguns lugares possuem significados especiais para determinadas coletividades, porque nesses espaços aconteceram ou acontecem coisas importantes para as pessoas que ali vivem. Esses significados podem estar relacionados à forma como esses espaços são ou foram ocupados pelos habitantes daquele local. Eles também são considerados valiosos para a um grupo de pessoas porque serviram ou ainda servem como referência para as vivências do seu dia a dia. A percepção é de que, por estarem inseridos no cotidiano das coletividades, esses espaços merecem ser cuidados, pois são as experiências ali vivenciadas que dão um sentido especial a esses lugares.

Por último, categorizadas como Saberes, foram pesquisadas três referências culturais: duas Brincadeiras de Rua (Jogo de Bola e Esconde-Esconde) e a Manufatura de Pipa de Papel de Seda.

Conforme as pesquisas realizadas, as brincadeiras de rua citadas têm algumas características em comum: geralmente elas ocorrem nos espaços próximos às moradias das crianças; a forma de transmissão se dá

por meio dos familiares mais velhos; as práticas ocorrem após o término do horário escolar e nos fins de semana. Interessante notar, no preenchimento das fichas, a preocupação das alunas em transmitir essas brincadeiras às crianças mais novas como forma de preservá-las para a posteridade. Esse interesse em passar adiante os conhecimentos sobre algo aprendido é também relatado pelo aluno que pesquisou sobre o saber fazer a pipa de papel de seda. No preenchimento da ficha de inventário, ele discorreu minuciosamente sobre o processo de fabricação do brinquedo, indicando as variáveis que permeiam a produção dele. Aproveitando essa habilidade do educando, se propôs fazer uma oficina de construção de pipas durante as atividades do projeto, tendo o aluno como coordenador da oficina e três outras crianças como monitoras das operações. Com base nos dados levantados, notou-se que os educandos perceberam que os saberes são as formas pelas quais uma pessoa ou grupo produz um bem ou realiza algo de modo próprio ou especial. Pode ser a receita de uma comida, um jeito único de tocar um instrumento musical ou, ainda, uma forma de conhecer e transmitir histórias, jogos ou brincadeiras. Por envolverem conhecimentos e técnicas, os saberes dizem muito sobre uma comunidade e, por isso, eles podem ajudar a contar um pouco da sua história.

Considerações finais

O projeto de extensão universitária EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, vinculado ao curso de Licenciatura em História da UNIVALI, buscou promover junto a escolas de ensino médio e fundamental da região, ações educativas na perspectiva da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial tem um papel importante no processo de preservação e valorização da memória e das referên-

cias culturais, pois ela extrapola as usuais abordagens acerca da preservação do patrimônio. Suas ações educativas permitem construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades, possibilitando que os moradores locais - detentores dos saberes do cotidiano - estabeleçam relações efetivas de conhecimento e, por conseguinte, de preservação das suas memórias e das suas práticas culturais diárias.

Com base nos resultados alcançados, ficou evidente que o processo de ensino/aprendizagem, mediado pela Educação Patrimonial, permite um maior envolvimento dos alunos nas questões relacionadas à preservação da memória e das referências culturais, uma vez que os bens inventariados fazem parte da sua realidade concreta.

Para os professores das escolas participantes e para os alunos dos cursos de licenciatura da UNIVALI que tomaram contato com o projeto, houve a percepção da importância de um processo educacional que tam-

bém ocorre nos espaços da vida dos sujeitos, reconhecendo a contribuição dos distintos contextos culturais e dos espaços públicos e comunitários na formação dos alunos.

Já com os alunos da Escola Básica Elias Adaimé, observou-se o desenvolvimento da percepção acerca da valorização, preservação e difusão da memória e dos bens culturais existentes nos seus espaços de vida. Promovendo ações educativas que têm como base as referências culturais locais, pretendeu-se contribuir para que os indivíduos e, em especial, as crianças moradoras do bairro Cidade Nova (Itajaí-SC), pudessem valorizar, preservar e difundir os bens culturais de sua comunidade. Permitindo a compreensão do seu modo de vida, da sua cultura e da sua sociedade, o que se espera é que esta ação de Educação Patrimonial tenha possibilitado desenvolver noções de preservação e valorização das mais diversas manifestações culturais, colaborando para construção de uma sociedade mais justa e tolerante com a diversidade.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 6 jul. 2015.
- BRASIL. *Decreto nº. 3551, de 4 de agosto de 2000*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 6 jul. 2015.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAAahUKEwiwuNPT-sbHhAHUGG5AKHZdLBDs&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D13677%26Itemid%3D&ei=E83dVfDiFoa2wASX15HYAw&usg=AFQjCNEoI8z70Lo_qj4paA_PGhQ4sayWRQ> Acesso em: 25 ago. 2015.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 34. 2012. p.79-89. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2015.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 21-32.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOULART, Bya. *Cadernos Pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade*. Brasília-DF: Ministério da Educação, ago. 2010.

GRUMBERG, Evelina. *Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Petrópolis-RJ: Museu Imperial, s.d. Disponível em: <<http://www.pead.faced.ufgs.br/sites/publico/eixo4/estudossociais/educacaopatrimonial.pdf>>. Acesso em: 01 mar.2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília/Rio de Janeiro: Iphan/Museu Imperial, 1999.

IPHAN. *Educação Patrimonial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. *Educação Patrimonial: manual de aplicação: Programa Mais Educação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf> Acesso em 12 abr. 2016.

_____. *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF: 2016. Disponível em: <http://fundacaosmbrasil.org/cms/wp-content/uploads/2016/10/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf> Acesso em 17 jun. 2016.

IPHAN/MEC. *Educação Patrimonial: programa Mais Educação*. Programa Mais Educação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Iphan/Seb/MEC, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf> Acesso em 12 abr 2016.

MOLL, Jaqueline. *Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral*. Pátio: Revista Pedagógica, Edição Artmed, Rio Grande do Sul, ago./out. 2009. Disponível em <<http://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/6376/um-paradigma-contemporaneo-para-a-educacao-integral.aspx>> Acesso em: 25 ago. 2015.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. Introdução. In: _____. (Org.) *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf)> Acesso em: 24 ago. 2015.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Submissão: 01/05/2017

Aceite: 10/09/2017